

SOLAR • EÓLICA • HÍDRICA • BIOMASSA • ARMAZENAMENTO



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

SOL SERRA DO MEL VI SPE S.A



ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração dos resultados	7
Demonstração dos resultados abrangentes	8
Balanços patrimoniais	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Notas explicativas	11
1 Contexto, base de preparação e outras informações	11
1.1 Informações gerais.....	11
1.2 Base de preparação e políticas contábeis	12
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação	12
2 Principais informações financeiras.....	12
2.1 Resultado do exercício.....	12
2.2 Ativos e passivos financeiros	14
2.3 Ativos e passivos não-financeiros	17
2.4 Patrimônio líquido.....	19
3 Estimativas críticas e riscos	19
3.1 Estimativas críticas e julgamentos	19
3.2 Gestão de riscos	20
4 Outras informações	21
4.1 Transações com partes relacionadas	21
4.2 Seguros	22
5 Políticas contábeis materiais adotadas	22
5.1 Caixa e equivalentes de caixa	22
5.2 Imobilizado	22
5.3 Intangível	23
5.4 Redução ao valor recuperável ("impairment")	23
5.5 Provisões.....	24
5.6 Tributação	24
5.7 Outros ativos e passivos	24
5.8 Reconhecimento de receita	25
5.9 Instrumentos financeiros	25
5.10 Passivo de arrendamentos	25
5.11 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente.....	26
5.12 Normas emitidas, mas ainda não vigentes	26

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da

Sol Serra do Mel VI SPE S.A.

Serra do Mel - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sol Serra do Mel VI SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sol Serra do Mel VI SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/F-2



Thiago Bragatto
Contador CRC 1SP-234.100/O-4

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		(5.004)	506
Ajustes por			
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	2.1.3	(368)	554
Resultado financeiro – provisão de juros	2.1.3	10.370	10.013
Depreciações e amortizações	2.1.2	9.792	9.005
Aumento / diminuição em ativos e passivos			
Contas a receber	2.2.4	(152)	2.734
Impostos a recuperar		(1)	(9)
Outros ativos		481	(357)
Contas a receber - partes relacionadas	4.1	323	(271)
Fornecedores	2.2.3	(105)	(5.679)
Obrigações fiscais e trabalhistas		(781)	1.673
Contas a pagar - Partes relacionadas	4.1	71	(2.260)
Recursos gerados pelas atividades operacionais		14.626	15.909
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.851)	(1.868)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais		12.775	14.041
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicações em títulos e valores mobiliários	2.2.2	380	(3.160)
Aquisições de imobilizado	2.3.1	-	(9.492)
Aquisições de intangível	2.3.2	-	(36)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerado pelas (consumidos nas) atividades de investimento		380	(12.688)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Recebimento de empréstimos e financiamentos	2.2.6	-	125.000
Empréstimos e financiamentos - pagamento	2.2.6	(4.885)	(4.836)
Juros pagos sobre financiamento	2.2.6	(11.698)	(7.647)
Mútuo - Partes relacionadas	4.1	-	(110.416)
Pagamento de arrendamentos	2.2.5	(105)	(96)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas (consumido nas) atividades de financiamento		(16.688)	2.005
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(3.533)	3.358
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.2.1	10.414	7.056
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		(3.533)	3.358
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.2.1	6.881	10.414
Transações que não afetaram o caixa			
Juros sobre mútuos com partes relacionadas ativados	4.1	-	1.259
Imobilizado x provisão de desmobilização		49	45
Custos da transação sobre financiamentos ativados	2.2.6	-	(3.043)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional, líquida	2.1.1	26.416	30.174
Custos operacionais	2.1.2	(20.449)	(19.514)
Resultado bruto		5.967	10.660
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	2.1.2	(778)	(520)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		5.189	10.140
Despesas financeiras		(11.652)	(10.938)
Receitas financeiras		1.459	1.304
Resultado financeiro	2.1.3	(10.193)	(9.634)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(5.004)	506
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	(1.312)	(2.002)
Prejuízo do exercício		(6.316)	(1.496)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	2.4.3	(0,0367)	(0,0087)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados abrangentes



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(6.316)	(1.496)
Resultado abrangente do período	(6.316)	(1.496)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Sol Serra do Mel VI SPE S.A.
Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais



Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	2.2.1	6.881	10.414	Fornecedores	2.2.3	3.351	3.456
Impostos a recuperar		36	35	Obrigações fiscais e trabalhistas		521	1.660
Contas a receber	2.2.4	2.655	2.503	Dividendos - Partes relacionadas	4.1	1.270	1.270
Contas a receber - Partes relacionadas	4.1	-	323	Contas a pagar - Partes relacionadas	4.1	1.287	1.216
Outros ativos		201	682	Passivo de arrendamentos	2.2.5	41	38
Total do ativo circulante		9.773	13.957	Empréstimos e financiamentos	2.2.6	8.021	8.054
				Outros passivos		-	51
				Total do passivo circulante		14.491	15.745
				Não circulante			
				Passivo de arrendamentos	2.2.5	766	807
				Empréstimos e financiamentos	2.2.6	106.267	112.520
				Provisão para desmobilização de ativos		49	45
				Total do passivo não circulante		107.082	113.372
				Total passivo		121.573	129.117
Não circulante				Patrimônio líquido	2.4		
Títulos e valores mobiliários	2.2.2	3.327	3.339	Capital social		171.952	171.952
Imobilizado	2.3.1	273.529	283.104	Reserva de lucros		-	2.582
Intangível	2.3.2	3.162	3.251	Prejuízos acumulados		(3.734)	-
Total do ativo não circulante		280.018	289.694	Total do patrimônio líquido		168.218	174.534
Total do ativo		289.791	303.651	Total do passivo e patrimônio líquido		289.791	303.651

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas de Lucros			Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros	Total		
Em 31 de dezembro de 2023	2.4	171.952	267	3.811	4.078	-	176.030
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.496)	(1.496)
Destinação do resultado							
Absorção de prejuízo		-	-	(1.496)	(1.496)	1.496	-
Em 31 de dezembro de 2024	2.4	171.952	267	2.315	2.582	-	174.534
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(6.316)	(6.316)
Destinação do resultado							
Absorção de prejuízo		-	(267)	(2.315)	(2.582)	2.582	-
Em 31 de dezembro de 2025	2.4	171.952	-	-	-	(3.734)	168.218

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Notas explicativas

1 Contexto, base de preparação e outras informações

Esta seção provê informações sobre eventos significativos e transações que afetaram as demonstrações financeiras e a performance da Companhia durante o exercício.

1.1 Informações gerais

A Sol Serra do Mel VI SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado com propósito específico, constituída em 06 de novembro de 2020, através da subscrição de ações da empresa Voltaia Energia do Brasil Ltda., tem sede administrativa e foro jurídico no Lote 35, Vila Ceará, Zona Rural, CEP 59.663-000, no município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica de fonte solar, e, em razão da atividade exercida, integram o objeto da Companhia todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, à implantação e à exploração do parque solar denominado "UFV Serra do Mel VI", com potência instalada de 50 (cinquenta) MW.

Autorização do Parque Solar SOL Serra do Mel VI SPE S.A.

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 130 de 27 de março de 2020 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica denominada Serra do Mel VI, no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, com 48.118 kW de capacidade instalada e 17.200 kW médios de garantia física de energia, constituída por seis unidades geradoras de 16.896 kW, tendo cada uma delas cento e cinquenta e dois inversores. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 23 de março de 2021, além de aprovado o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da SOL Serra do Mel VI, instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria nº 130, de 27 de março de 2020.

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre, foram celebrados entre a SOL Serra do Mel VI SPE S.A. com a Copel, firmado no leilão 001/20, em 2020, com início de faturamento em janeiro de 2023. Devido ao parque solar ainda estar em construção naquela data, o contrato foi atendido pela Voltaia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se com o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 4.718 (2024: R\$ 1.788). Havendo a necessidade de capital de giro adicional, a sua acionista realizará aporte de capital para que a Companhia honre com suas obrigações de curto prazo.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de junho de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

1.2 Base de preparação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

2.1 Resultado do exercício**2.1.1 Receita operacional líquida**

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de fornecimento - ACL	27.015	26.915
Receita bruta de fornecimento - CCEE	1	-
Receita bruta de fornecimento - Parte Relacionada	407	2.326
Ressarcimentos	-	2.000
Tributos sobre receita	(1.007)	(1.067)
Total	26.416	30.174

2.1.2 Custos e despesas por natureza

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custos	Despesas administrativas	Custos	Despesas administrativas
Encargos setoriais	(3.659)	-	(3.350)	-
Energia comprada para revenda	(3.832)	-	(4.492)	-
Energia comprada para revenda - partes relacionadas	(325)	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	(3)	-	-	-
Aluguel	(39)	-	(67)	-
Depreciações e amortizações	(9.748)	-	(8.965)	-
Depreciações e amortizações - arrendamento	(44)	-	(40)	-
Seguros	(457)	-	(337)	-
Serviço de operação e manutenção – partes relacionadas	(2.342)	-	(2.263)	-
Serviços de terceiros	-	(608)	-	(342)
Despesas administrativas gerais	-	(170)	-	(178)
	(20.449)	(778)	(19.514)	(520)

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.1.3 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.076	749
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	368	554
Outras receitas financeiras	15	1
Total	1.459	1.304
Despesas financeiras		
Juros sobre mútuos	-	(3.215)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(11.544)	(8.057)
Juros sobre arrendamento	(67)	(64)
Custos da transação	1.245	1.368
IOF	(80)	(99)
Juros e multas	(142)	(3)
Variação cambial passiva	-	(42)
Ajuste a valor presente	(4)	(3)
Outras despesas financeiras	(1.060)	(823)
Total	(11.652)	(10.938)
Total de resultado financeiro	(10.193)	(9.634)

2.1.4 Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios sociais de 2025 e 2024, a Companhia apurou seu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pelo método do Lucro Presumido:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas	27.423	31.241
Ressarcimento	-	(2.000)
Base ajustada	27.423	29.241
Presunção Imposto de Renda - 8% (a)	2.194	2.339
Presunção contribuição social - 12% (b)	3.291	3.509
Demais Receitas e Ganhos de capital	1.459	3.308
Base de cálculo - IRPJ	3.653	5.647
Imposto de renda: 15%	545	847
Adicional de Imposto de Renda: 10%	341	541
Total IRPJ	886	1.388
Base de cálculo - CSLL	4.750	6.817
Contribuição social: 9%	426	614
Total de CSLL	426	614
Total IRPJ e CSLL	1.312	2.002

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	412	271
Aplicações financeiras	6.469	10.143
	6.881	10.414

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário com liquidez imediata. O CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade em 2025 foi de 96,5% (2024: 97%) do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e está mantido junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Fitch Ratings.

2.2.2 Títulos e valores mobiliários

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 85,81% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Os valores mantidos na conta de Recursos Próprios e Desembolsos são obrigações contratuais mantidas com o banco financiador, para que ele possa efetuar a liberação das parcelas do financiamento de acordo com as regras do contrato. Como os recursos apenas transitam por esta conta, seu saldo de encerramento dever-se-ia ser zero, salvo quando o depósito é efetuado antes da data solicitada pelo banco, e ele é mantido na conta até o momento da liberação dos recursos financiados pelo banco financiador.

	31/12/2025	31/12/2024
Serviço da dívida - empréstimo BNB	3.327	3.339
Total	3.327	3.339

2.2.3 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Construção - Serviços	521	990
Construção - Material	953	1.286
Encargos de transmissão	328	576
Compra de energia	1.216	332
Outros	333	272
Total	3.351	3.456

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.4 Contas a receber

O prazo médio de recebimento dos valores relativos as vendas de energia no Ambiente de contratação livre são de 10 dias da data do faturamento. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é composto do montante a receber referente à receita de geração de energia solar e pela receita de ressarcimento de geração de energia durante o exercício, sendo o saldo em aberto com mais de 90 dias refere-se à operação de venda de energia junto a CCEE, e está sendo liquidado parceladamente ao longo dos meses, sendo assim a Administração da Companhia entende não haver necessidade de constituir a provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Abaixo é demonstrada a composição do contas a receber:

	31/12/2025	31/12/2024
Contrato bilaterais - Ambiente de contratação livre	2.524	2.372
CCEE - Câmara Comercializadora de Energia	131	131
Total	2.655	2.503

2.2.5 Passivo de arrendamentos

Os contratos fundiários por escopo do IFRS 16 possuem prazo de 20 anos, com vencimentos entre fevereiro e março de 2042, e taxa de desconto praticada de 8,67% ao ano.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2025 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

A composição da movimentação sumária do ativo já está mencionada na Nota 2.3.1.

A movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Arrendamentos	31/12/2024	Juros	Pagamentos	Transf CP / LP	31/12/2025
Passivo Circulante	38	-	-	3	41
Passivo Não Circulante	807	67	(105)	(3)	766
Total no Passivo	845	67	(105)	-	807

Arrendamentos	31/12/2023	Juros	Pagamentos	Adições / Baixas	Transf CP / LP	31/12/2024
Passivo Circulante	33	-	-	-	5	38
Passivo Não Circulante	804	64	(96)	40	(5)	807
Total no Passivo	837	64	(96)	40	-	845

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.6 Empréstimos e financiamentos**2.2.6.1 Composição do saldo**

	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos					
BNB S.A.	IPCA + 4,71% a.a.	Real	Março/2024 a dezembro/2043	114.288	120.574
Total circulante				8.021	8.054
Total não circulante				106.267	112.520

Em 29 de novembro de 2023, a Companhia assinou o contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), no valor de R\$ 125.000, a ser provido com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) com vencimento em dezembro de 2043.

O referido contrato possui taxa média de juros prevista de IPCA + Spread de 4,71% a.a. (considerando bônus de adimplência).

Os juros foram apurados durante o período de carência e exigidos mensalmente a partir de março de 2024.

Movimentação dos financiamentos:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	-
Captações	125.000
Juros - resultado	8.057
Juros - pagamento	(7.647)
Custos da transação	(4.836)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	120.574
Juros - resultado	11.544
Custos da transação	(1.247)
Pagamento - principal	(4.885)
Pagamento - juros	(11.698)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	114.288

2.2.6.2 Cláusulas restritivas

O contrato de financiamento junto ao BNB possui cláusulas restritivas de controle acionário, distribuição de dividendos, redução de capital e dívida adicional entre outros em linha com os praticados no mercado.

2.2.6.3 Garantias

É garantia do contrato do BNB a cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Ativos e passivos não-financeiros**2.3.1 Imobilizado**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Imobilizado em operação				
Painéis fotovoltaicos, máquinas e equipamentos de geração	291.054	272.736	291.054	282.267
Total do imobilizado em operação	291.054	272.736	291.054	282.267
Bens em operação				
Terrenos - Direito de Uso	877	793	877	837
Total dos bens em operação	877	793	877	837
Total do imobilizado	291.931	273.529	291.931	283.104

2.3.1.1 Movimentações em 2025 e 2024

	Valor líquido em 31/12/2024	Depreciação/ Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em operação			
Painéis fotovoltaicos, máquinas e equipamentos de geração	282.267	(9.531)	272.736
Total do imobilizado em operação	282.267	(9.531)	272.736
Bens em operação			
Terrenos - Direito de Uso	837	(44)	793
Total dos bens em operação	837	(44)	793
Total do imobilizado	283.104	(9.575)	273.529

2.3.1.2 Movimentações em 2024 e 2023

	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos/baixas	Outras movimentações	Depreciação/Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em curso					
Painéis fotovoltaicos, máquinas e equipamentos de geração	283.341	-	(283.341)	-	-
Terrenos - Direito de Uso	837	-	(837)	-	-
Total do imobilizado em curso	284.178	-	(284.178)	-	-
Imobilizado em operação					
Painéis fotovoltaicos, máquinas e equipamentos de geração	-	7.713	283.341	(8.787)	282.267
Subestação	-	-	-	-	-
Total do imobilizado em operação	-	7.713	283.341	(8.787)	282.267

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos/baixas	Outras movimentações	Depreciação/Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Bens em operação					
Terrenos - Direito de Uso	-	40	837	(40)	837
Total dos bens em operação	-	40	837	(40)	837
Total do imobilizado	284.178	7.753	-	(8.827)	283.104

2.3.2 Intangível

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Intangível em operação				
Intangível em operação	3.075	2.839	3.075	2.962
Software	354	323	354	289
Total do intangível em operação	3.429	3.162	3.429	3.251
Total do intangível	3.429	3.162	3.429	3.251

2.3.2.1 Movimentações em 2025 e 2024

	Valor líquido em 31/12/2024	Outras movimentações	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em operação				
Intangível em operação	2.962	-	(123)	2.839
Software	289	128	(94)	323
Total do intangível em operação	3.251	128	(217)	3.162
Total do intangível	3.251	128	(217)	3.162

2.3.2.2 Movimentações em 2024 e 2023

	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Outras movimentações	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em curso					
Desenvolvimento do projeto	3.393	-	(3.393)	-	-
Total do intangível em curso	3.393	-	(3.393)	-	-
Intangível em operação					
Intangível em operação	-	36	3.039	(113)	2.962
Software	-	-	354	(65)	289
Total do intangível em operação	-	36	3.393	(178)	3.251
Total do intangível	3.393	36	-	(178)	3.251

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Patrimônio líquido**2.4.1 Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de 171.952.397 ações, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, em nome da Solar Serra do Mel B S.A., conforme abaixo:

	Em 31 de dezembro de 2025 e 2024			
	Quantidade ações	%	Valor	%
Solar Serra do Mel B S.A.	171.952.397	100	171.952	100
	171.952.397	100	171.952	100

2.4.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

A Companhia apresentou prejuízo em 31 de dezembro de 2025, e não houve destinação de lucros conforme apresentado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) apurado no exercício	(6.316)	(1.496)
Absorção de prejuízo de exercícios anteriores	-	-
Base para reserva legal	(6.316)	(1.496)
Constituição da reserva legal - 5%	-	-
Total	(6.316)	(1.496)
Destinação do Resultado:	(6.316)	(1.496)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-
Lucros retidos a deliberar	-	-
Absorção de prejuízos	2.582	(1.496)
Prejuízo acumulado	(3.734)	-

2.4.3 Prejuízo por ação

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo apurado no exercício	(6.316)	(1.496)
Quantidade média ponderada de ações no exercício	171.952.397	171.952.397
Prejuízo por ação (em reais - R\$)	(0,0367)	(0,0087)

3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Conselho de Administração.

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia.
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.2.1 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

3.2.2 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, conforme apresentado abaixo:

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	3.351	-	-	-	3.351
Contas a pagar - Partes relacionadas	1.287	-	-	-	1.287
Passivo de arrendamentos	41	66	99	601	807
Empréstimos e financiamentos	8.021	16.042	24.063	66.162	114.288
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	3.456	-	-	-	3.456
Contas a pagar - Partes relacionadas	1.216	-	-	-	1.216

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Passivo de arrendamentos	38	66	99	642	845
Empréstimos e financiamentos	8.054	16.108	24.162	72.250	120.574

4 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

4.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui saldos a pagar e a receber com as empresas do grupo Votalia como segue:

	31/12/2025			
	Passivo - contas a pagar	Passivo - dividendos	Resultado - receita com venda de energia	Resultado - Operação e manutenção - partes relacionadas
Circulante				
Votalia Energia do Brasil Ltda.	839	-	-	968
Votalia Serviços do Brasil Ltda.	217	-	-	1.374
Votalia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	407	-
Solar Serra do Mel B S.A.	-	1.270	-	-
Votalia S.A.	231	-	-	-
Total circulante	1.287	1.270	407	2.342
Total	1.287	1.270	407	2.342

	31/12/2024				
	Ativo - contas a receber	Passivo - contas a pagar	Passivo - dividendos	Resultado - receita com venda de energia	Resultado - Operação e manutenção - partes relacionadas
Circulante					
Votalia Energia do Brasil Ltda.	31	752	-	-	1.148
Votalia Serviços do Brasil Ltda.	-	218	-	-	1.115
Votalia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	292	-	-	2.326	-
Solar Serra do Mel B S.A.	-	-	1.270	-	-
Votalia S.A.	-	246	-	-	-
Total circulante	323	1.216	1.270	2.326	2.263
Total	323	1.216	1.270	2.326	2.263

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos operacionais.

Tipo	Seguradora	Importância Segurada	Início da Vigência	Término da Vigência
Riscos Operacionais	Mitsui Sumitomo Seguros S.A.	398.276	26/11/2024	25/05/2028

5 Políticas contábeis materiais adotadas**5.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

5.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Máquinas - 10 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Painéis solares - 30 anos.

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

Desmobilização

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

5.3 Intangível

5.3.1 Ativos Intangíveis separadamente adquiridos

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e *impairment*. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

5.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

5.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

5.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

O ativo financeiro é registrado inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurado pelo custo amortizado podendo ser reduzido por ajuste de redução ao valor recuperável. Essas perdas são apuradas de acordo com a experiência histórica de perdas de crédito e ajustadas em fatores específicos aos devedores, nas condições atuais e futuras, quando aplicável.

5.4.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

5.5 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

5.6 Tributação

5.6.1 Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido em 2025 e em 2024.

De acordo com a sistemática do Lucro Presumido, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32 % e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

5.7 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

5.8 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

5.9 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas, debêntures, empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

5.10 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 2024 utilizada para as operações de arrendamento de terrenos foram de 8,67% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

5.11 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às *IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)*, bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

5.12 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações financeiras

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements* e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

Edital de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements* e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações financeiras. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública

Em maio de 2025, o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

* * *

Fale conosco

Brasil

Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil
T.+55 2221-7190
voltalialatam@voltalia.com



www.voltalia.com

